



DESPACHO DECISÓRIOS DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Referência: Processo Docflow nº 2115/2015

Assunto: CONCORRÊNCIA EDITAL DE LICITAÇÃO nº 013/2014, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria em estudos sobre diagnóstico turístico, econômico, social e ambiental para identificar e caracterizar os atrativos naturais, culturais e o estágio atual, das atividades turísticas da Bacia do Ribeirão Taquaruçu, incluindo o Distrito de Taquaruçu e a comunidade de Taquaruçu Grande, Município de Palmas.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO TOCANTINS - SEBRAE, tendo em vista a competência, prerrogativa e regramentos estabelecido no Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema Sebrae e Outras Normas Pertinentes - Resolução CDN 213/2011 e;

CONSIDERANDO a supremacia da Administração na condução dos procedimentos licitatórios em sua instância;

CONSIDERANDO que a Administração pode REVOGAR seus próprios atos por razão de conveniência e oportunidade, com fundamento no item 15.1 do Edital nº 013/2014, art. 40 da Resolução CDN 213/2011 e Súmula 473 do STF;

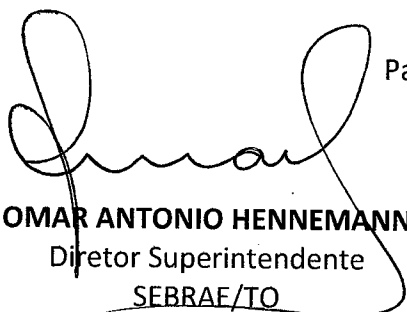
CONSIDERANDO as alterações no Edital SEBRAE/TO nº 013/2014 da Concorrência SEBRAE/TO nº 013/2014, recomendadas pela 9ª Promotoria de Justiça de Palmas/TO, eis que imperiosa a preservação do caráter competitivo do procedimento, o tratamento isonômico entre os participantes, o respeito ao edital e a garantia do melhor serviço com menor preço, em homenagem aos princípios da competitividade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e da economicidade e eficiência administrativa, que regem os atos institucionais do SEBRAE/TO.

Handwritten signature and initials



DECIDE

Baseando-se no item 15.1 do Edital SEBRAE/TO nº 013/2014, no art. 40 da Resolução CDN 213/2011 e na Súmula 473 do STF, que autoriza a administração a revogar seus próprios atos por razão de conveniência e oportunidade, decide esta Diretoria pela REVOGAÇÃO da Concorrência SEBRAE/TO nº 013/2014, por ser o ato mais prudente, que visa evitar futuros questionamentos dos órgãos de controle e o fiel cumprimento aos princípios constitucionais.



OMAR ANTONIO HENNEMANN
Diretor Superintendente
SEBRAE/TO

Palmas, 11 de março de 2015.



Ana Laura Pinto C. de Miranda Coutinho
OAB/TO 6.051-B
Gerente da Unidade Jurídica
SEBRAE-TO